

De novo a velha política: Reitores ignoram Pauta e respondem com arrogante silêncio a solicitação de negociação

Chega de arrocho e desmonte: Fórum indica

DIA DE PARALISAÇÃO E MANIFESTAÇÕES EM 26 DE ABRIL.

*Sem resposta, a sinalização é preparar a **GREVE***

As entidades que compõem o Fórum das Seis voltaram a se reunir em 19/4, para avaliar a conjuntura e definir os próximos passos da campanha salarial de 2018. A Pauta Unificada deste ano foi protocolada em 4/4, com solicitação de que a primeira rodada de negociação entre as partes ocorresse entre os dias 16 e 18/4, de modo que a comunidade tenha retorno às suas reivindicações antes da data-base da categoria, que é 1º de maio. A resposta do Cruesp? Um silêncio arrogante e desrespeitoso para com a comunidade universitária paulista. Não querem negociar. Querem seguir impondo seus planos de “ajuste fiscal”, que jogam sobre a comunidade o ônus da crise de financiamento e promovem, com essas e outras medidas, o desmonte das universidades públicas como mecanismo de contenção de gastos.

Conforme deliberado nas reuniões anteriores e submetido às primeiras rodadas de assembleias, o Fórum das Seis reitera o indicativo de que a nossa resposta seja dada com mobilização! Veja as datas:

- **26 de abril:** “Dia de Paralisação e Manifestações”, com realização de atos locais, debates (sobre crise de financiamento, política de desmonte e demais temas pertinentes), vigílias, panfletagens e outras formas definidas localmente.

- **2 a 7 de maio:** Rodada de assembleias para discutir indicativo de greve, se não houver negociação ou se a proposta apresentada for considerada insuficiente.

- **8 de maio:** Reunião do Fórum das Seis para avaliar retorno das assembleias e, caso as categorias optem pela greve, definição da data de deflagração.

Números do ICMS contrastam com discurso da crise

O discurso da crise, tão providencial para governo e reitorias quando se trata de arrochar salários e confiscar direitos, não se sustenta quando analisamos os números da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As universidades recebem 9,57% da quota-parte do estado no ICMS (75% ficam com o estado e 25% com os municípios, não sem que antes sejam retirados indevidamente recursos expressivos da nossa base de cálculo).

Os dados a seguir referem-se aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, com comparação a igual período de 2017, e são relativos à base de cálculo sobre a qual são calculados os 9,57%.

Índice necessário para voltar a maio/2015

Nossa reivindicação salarial na data-base 2018 é recuperar o poder aquisitivo de maio/2015. Com a divulgação da inflação de março/2018, calculada pelo ICV/Dieese, esse índice já é de **12,62%** na USP e na Unicamp. Na Unesp, que não honrou os 3% em maio/2016, a reivindicação é de **15,99%**.

Obs.: Considerando que nossa data-base é 1º de maio, para fecharmos o índice da campanha, falta ainda inserir a inflação de abril/2018.



Arrecadação do ICMS (em bilhões de reais)

Mês	2017	2018	2018/2017 (% de variação)
Janeiro	7.900.918.854,00	8.701.484.297,00	10,13%
Fevereiro	6.518.700.802,00	7.826.549.977,00	20,06%
Março	8.070.358.872,00	7.823.001.128,00	- 3,06%
Total	22.489.978.528,00	24.351.035.403,00	8,27%

OBS.: Esses dados referem-se aos itens considerados pelo governo para o cálculo dos 9,57% e já descontado, em cada mês, 1/12 dos recursos dos Programas da Habitação, que o governo retira indevidamente da base de cálculo antes de fazer o repasse às universidades.

Ou seja, no total temos um crescimento de 8,27% na base de cálculo dos 9,57% do ICMS destinado às universidades em relação ao mesmo período (janeiro a março) do ano passado.

E, antes que o Cruesp tente utilizar o resultado de março, que registrou queda de -3,06%, para se apoiar numa pretensa tendência de queda na arrecadação do ICMS, é necessário entender esse número.

O recuo de março/2018 em relação a março/2017 é decorrente de uma sazonalidade, que foi o Carnaval de 2017, que impactou na arrecadação somente em março daquele ano. Além disso, em março de 2018 tivemos o feriado no final do mês (Sexta-feira Santa/Páscoa) e parte da arrecadação entrará somente em abril.

Vale destacar que há a possibilidade de que a arrecadação de março/2018 ainda sofra algum ajuste para mais, do mesmo modo que ocorreu com a de fevereiro/2018 (que teve acréscimo em torno de R\$ 160 milhões). Isso porque as atualizações do *site* da Secretaria da Fazenda levam um certo tempo para aparecer. Se isso ocorrer, é possível que a queda em março/2018, em relação a março/2017, fique em cerca de

-1%. Desta forma, o crescimento nominal na arrecadação do primeiro trimestre poderá ficar em torno de 9%, percentual muito significativo.

Arrecadação de 12 meses também registra crescimento

Se considerarmos um período maior, também temos crescimento na arrecadação do ICMS. Tomando os últimos 12 meses (abril/2017 a março/2018) em comparação com abril/2016 a março/2017, vemos que há um crescimento nominal de 6,59%, como mostra o quadro:

Arrecadação do ICMS

(base de cálculo de onde são extraídos os 9,57% das universidades)

Período	Arrecadação (bilhões de reais)
Abril/2016 a mar/2017	R\$ 90.333.938.191,00
Abr/2017 a mar/2018	R\$ 92.288.383.115,00
Corrigida pelo IPCA (2,68%) Abr/2016 a mar/2017	R\$ 92.754.887.734,52

Observa-se um crescimento nominal de 6,59% no período analisado. O crescimento real (crescimento nominal menos a inflação) é de 3,8095%



Veja o total que você deixou de receber de maio/2015 a fevereiro/2018

Professor MS3 na Unesp: **R\$ 33.326,48**

Professor MS3 na Unicamp e na USP: **R\$ 24.758,92**

Técnico-administrativo nível básico na Unesp: **R\$ 5.817,49**

Técnico-administrativo nível básico na Unicamp: **R\$ 5.136,48**

Técnico-administrativo nível básico na USP: **R\$ 5.265,98**

Técnico-administrativo nível médio na Unesp: **R\$ 8.674,94**

Técnico-administrativo nível médio na Unicamp: **R\$ 7.588,63**

Técnico-administrativo nível médio na USP: **R\$ 9.566,19**

Técnico-administrativo nível superior na Unesp: **R\$ 17.175,69**

Técnico-administrativo nível superior na Unicamp: **R\$ 14.309,46**

Técnico-administrativo nível superior na USP: **R\$ 17.988,36**



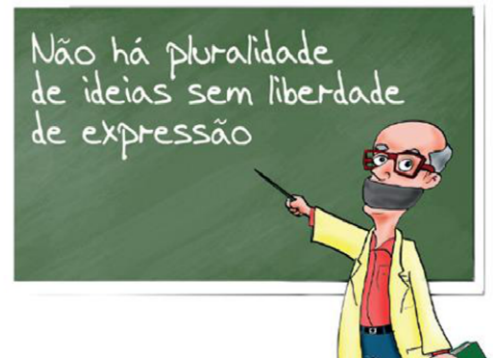
Fórum das Seis repudia investidas fascistas do movimento Escola Sem partido

Houve um tempo em que “O pequeno príncipe”, o clássico infanto-juvenil de Antoine de Saint-Exupéry, foi considerado subversivo em vários países latino-americanos. A teoria de conjuntos chegou a ser retirada da grade curricular de Matemática na Argentina, pois o termo “conjuntos” poderia suscitar interpretações “socialistas”.

São inúmeros os exemplos esdrúxulos como estes, que povoam períodos não muito distantes na nossa história, nos anos 60 e 70, quando as ditaduras militares se implantaram em países como o Brasil e seus vizinhos no continente. No poder, os militares estimulavam pais e alunos a denunciarem professores que praticassem “doutrinação marxista”.

As ditaduras se foram, mas o retrocesso social e cultural ficou, e ameaça baixar sua mão pesada sobre a sociedade brasileira, agora acrescido de “novidades”, como o combate à chamada “ideologia de gênero”, que estaria “aliciando” crianças e jovens para a “cultura gay”. Estamos falando de um movimento que tem crescido desde suas origens, em 2004, e que hoje tramita em forma de projetos em algumas câmaras municipais, mesmo após ter sido considerado inconstitucional no Congresso Nacional: o Escola Sem Partido.

O retorno de ideias tão retrógradas, que justificaram crimes inomináveis durante as ditaduras latino-americanas, não por acaso floresce na atual conjuntura conservadora que toma conta do país. Um caso recente, em Araraquara, mostra que o movimento Escola Sem Partido continua na ativa em suas investidas fascistas. Naquele município, houve uma “denúncia” de uma mãe contra uma professora formada pela Unesp local, que estaria ministrando conteúdo “pornográfico”



co” aos seus alunos de nono ano. No caso, a “denúncia” referia-se ao livro Capitães de Areia, do baiano Jorge Amado, escrito em 1937 e leitura exigida em todos os vestibulares do país! O mais grave é que a “denúncia” foi acatada pela Diretoria de Ensino do Município (!), ou seja, a docente está sendo culpabilizada por exercer sua atividade profissional com dignidade e competência.

Tais iniciativas retrógradas são incompatíveis com os direitos constitucionais previstos nos incisos II e III, Artigo 206, que estabelecem que deve haver no ensino brasileiro:

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

O Fórum das Seis manifesta integral apoio à docente e à comunidade unespiana, que prontamente reagiu ao ataque obscurantista à professora, com manifesto público e mobilização na cidade. Por deliberação de sua reunião em 19/4, o Fórum enviará moção à Diretoria de Ensino de Araraquara.

Sobre as denúncias feitas pelo MP de Contas

No dia 17/4, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou matéria sobre a iniciativa do Ministério Público de Contas do Estado de SP (MP de Contas), que informou a abertura de uma representação contra o ex-reitor da USP e agora anunciado secretário estadual da Saúde Marco Antonio Zago, o atual vice-reitor da USP Antonio Carlos Hernandez, o reitor da Unesp Sandro Valentini e outros servidores de alto escalão dessas universidades, para que devolvam ao erário público os valores que receberam em diárias contínuas por seus serviços prestados às instituições. O documento do MP de Contas foi encaminhado à presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para análise.

De acordo com o MP de Contas, essas diárias estariam sendo pagas em desacordo com a legislação vigente.

O Fórum das Seis considera necessário que esses fatos sejam devidamente apurados, com respeito ao direito à ampla defesa e ao contraditório. Se irregularidades forem confirmadas, que os autores sejam responsabilizados, os cofres públicos ressarcidos, e que igual procedimento seja aplicado em todo o serviço público estadual.

No entanto, é preciso serenidade e cautela com a forma como essas notícias são veiculadas por esses jornais que, em outras ocasiões, manipularam dados dos vencimentos dos servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades públicas paulistas e publicaram reportagens sensacionalistas com o indisfarçável intuito de desmoralizar nossas universidades e justificar suas propostas de privatização do sistema público de ensino superior paulista.